SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Informe FUP

07.07.2015

Acidente em terminal da Transpetro no ES mata dois trabalhadores terceirizados

Dois trabalhadores terceirizados da empresa Espiral morreram na tarde desta terça-feira, 07, no Terminal da Transpetro de Barra do Riacho (TABR), na cidade de Aracruz, situada no norte do Espírito Santo. O acidente ocorreu quando os trabalhadores estavam realizando a montagem de um andaime na ponta do píer, sobre o mar, para fazer a manutenção na instalação oceanográfica do terminal.

Segundo informações do Sindipetro-ES, o andaime desprendeu da ancoragem e foi para dentro da água, levando junto os trabalhadores que estavam presos à estrutura pelo cinto de segurança. Ainda segundo o sindicato, a Permissão de Trabalho (PT) havia recomendado que os funcionários ficassem apenas de colete, sem se amarrar pelo cinto no andaime. Ambos foram resgatados já sem vida pelos próprios colegas de trabalho, pois uma hora após o acidente, ainda não havia chegado qualquer tipo de socorro.

O Sindipetro-ES está em busca de informações mais detalhadas sobre as causas do acidente e já indicou uma mobilização em defesa da vida, a ser realizada nesta quarta-feira, 08. O sindicato informou que vem cobrando da Transpetro, há mais de um ano, uma ambulância no local da unidade para resgate dos trabalhadores em situação de emergência, mas a subsidiária nunca atendeu à reivindicação.

Petroleiros mobilizados para barrar projeto do Serra, que quer tirar a Petrobrás do pré-sal

Como fizeram na semana passada, a FUP e seus sindicatos amanheceram nesta terça-feira, 07, mobilizados nos principais aeroportos do país, alertando os parlamentares que embarcavam para Brasília a defender sobre a importância de manter a Petrobrás como operadora única do pré-sal.

O objetivo é evitar a votação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, de autoria de José Serra (PSDB-SP),que propõe mudanças no regime de partilha, para retirar da estatal sua função de operadora única, bem como a garantia legal de que tenha participação em pelo menos 30% dos campos de petróleo do pré-sal.

Houve manifestações nos aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Vitória, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba. Com faixas, cartazes e adesivos contrários ao projeto, os petroleiros ocuparam os saguões de embarque, alertando os passageiros sobre as perdas que o povo brasileiro terá se o modelo de partilha da exploração do pré-sal for alterado.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Além da perda da soberania sobre um recurso extremamente estratégico e disputado em todo o mundo, o País sofrerá impactos diretos na indústria nacional, com perdas de postos de trabalho, que hoje são garantidos pela política de conteúdo nacional.

Mexer na lei do pré-sal é também mexer no Fundo Social Soberano, um dos principais instrumentos para financiamento do Plano Nacional de Educação, que visa ampliar e melhorar o ensino público no país, da creche à universidade. Os recursos do Fundo Social Soberano também serão destinados à saúde e outras políticas públicas.

"Ô senador, não entrega não. Quero pré-sal pra saúde e educação", gritavam estudantes e militantes sociais, nos aeroportos, ao lado dos petroleiros, metalúrgicos e outras categorias que se somaram às mobilizações.

Dirigentes da FUP e de seus sindicatos permanecerão em Brasília esta semana, pressionando os senadores para impedir que o PLS 131 seja colocado em votação. Os petroleiros estão percorrendo os gabinetes das lideranças dos partidos no Senado e também tentando convencer o relator do projeto, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), sobre a necessidade de tirar o projeto do regime de urgência.

Apesar de ter sido apresentado há menos de quatro meses, o PLS 131 poderá ser votado a qualquer momento, sem discussão alguma com a sociedade. A Lei 12.351/2010 que garantiu o regime de partilha para exploração do pré-sal levou 15 meses sendo debatida e votada no Congresso Nacional a ainda sequer teve tempo de ser devidamente testada, já que Libra, o único campo leiloado sob o novo modelo, só deverá entrar em produção em 2020.

Direção Colegiada da FUP

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/07/2015 - Teletime

Inadimplência no setor de Telecom cresce 39,5% até abril, diz Serasa

A inadimplência do consumidor com empresas do setor de telecomunicação cresceu 39,5% e a do varejo 38,2%, no acumulado do ano até abril em comparação com mesmo período do ano passado. Os números são de estudo inédito desenvolvido pela área de big data da Serasa Experian.

De acordo com o levantamento, o percentual é maior que o aumento geral registrado nos setores não bancários no mesmo período, que foi de 16,7%. Em tempos de inadimplência, o ideal é mudar padrões no comportamento de consumo, ensina a empresa. Reavaliar a conta do celular e cortar alguns hábitos são algumas das recomendações dos especialistas da Serasa para os consumidores.

08/07/2015 - Instituto Telecom

Brasil fecha maio com 218,2 milhões de acessos de banda larga

Segundo dados levantados pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), em maio o País registrou 218,2 milhões de acessos de banda larga um crescimento anual de 40%, ou 62 milhões de adições líquidas. A maior parte é de acessos móveis, que totalizaram 193,6 milhões em maio, crescimento de 46%. Somente de linhas 4G foram 11,6 milhões no mês.

No período de 12 meses, as redes 3G e 4G chegaram a 331 novos municípios, atingindo um total de 4.044 cidades, ou 93% dos brasileiros. Considerando somente o LTE, são 159 cidades, ou 43% da população. Os dados apresentados não discriminam se no total de acessos de banda larga móvel estão incluídas conexões de máquina-a-máquina (M2M), como tradicionalmente era feito pela Telebrasil.

Em banda larga fixa, foram 24,6 milhões, um aumento de 6% (1,4 milhão) no comparativo com maio de 2014. A entidade afirma que, com a infraestrutura, as concessionárias oferecem banda larga gratuita para 66 mil instituições públicas de ensino fundamental e médio no programa Banda Larga nas Escolas.

Críticas

No comunicado enviado à imprensa nesta terça-feira, 7, a Telebrasil reafirma a crítica ao aumento do Fistel, argumentando que o reajuste seria sentido pelo consumidor. Além disso, cita que o próprio fundo já arrecadou R$ 60 bilhões desde 2001, mas que apenas 7,4% foram aplicados em fiscalização. "Nesse sentido, mais que evitar um aumento, o setor de telecomunicações defende uma redução nessas taxas para incentivar a expansão da oferta e o aumento da inclusão social, especialmente por meio da banda larga móvel", declara a entidade.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/07/2015 - Teletime

Telebras investirá R$ 240 milhões em redes metropolitanas

A Telebras está investindo R$ 240 milhões para construção de redes metropolitanas, que darão capilaridade ao seu backbone, hoje com 25 mil km. Segundo o presidente da estatal, Jorge Bittar, as novas redes, já em licitação, além de ligar os órgãos públicos, dando mais segurança às informações trafegadas, também servirão para ofertar serviços públicos ao cidadão.

"Nosso negócio não é a venda de bits, mas oferecer soluções ao governo, aumentando as aplicações em educação, saúde, segurança pública e cidades inteligentes", disse Bittar nesta terça-feira, 7, ao participar de audiência pública sobre banda larga na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. Além das redes metropolitanas, a Telebras está envolvida na construção de uma rede de governo de distribuição de conteúdo (CDN), plataforma que considera importante para disponibilizar conteúdos educacionais para todas as escolas do Brasil.

A partir das redes metropolitanas e em parcerias com órgãos públicos, Bittar pretende transformar as agências dos Correios em centros de serviços para os cidadãos, podendo, por exemplo, expedir passaportes e outros documentos. Para isso, a Telebras usará plataformas e tecnologias do Serpro e da Dataprev.

06/07/2015 - Telesíntese

Disputa pelo ICMS da assinatura básica vai para o STF, com repercussão geral

Para o relator do recurso, ministro Teori Zavascki, trata-se de disputa de natureza constitucional.

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu repercussão geral de matéria relativa à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre o valor da assinatura básica mensal de telefonia. O caso é tratado no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 782749, no qual o Estado do Rio Grande do Sul questiona decisão do Tribunal de Justiça local (TJ-RS) que afastou a incidência do tributo.

Segundo o entendimento adotado pelo TJ-RS, a assinatura básica é atividade-meio ou serviço suplementar à telefonia, não ocorrendo a incidência do imposto. O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, alega que o pagamento contínuo da assinatura básica é uma espécie de retribuição pelo serviço de telecomunicação, sujeitando-se, portanto, ao ICMS.

Para o relator do recurso, ministro Teori Zavascki, trata-se de disputa de natureza constitucional, uma vez que consiste essencialmente na definição do sentido e alcance da expressão serviços de comunicação a que se refere o artigo 155, inciso II, da Constituição Federal. Ele destacou também que a questão é complementar àquela decidida no RE 572020, no qual o STF entendeu que a habilitação de telefone móvel celular não integra o conceito de comunicação para fim de incidência do ICMS. Para a Corte, trata-se de atividade meramente preparatória para a prestação do serviço, hipótese imune à incidência do imposto.

"Faz-se necessário, portanto, que o STF, à luz do conceito e alcance da expressão serviços de comunicação, constante no artigo 155, II, da Constituição Federal de 1988, decida sobre a constitucionalidade, ou não, da incidência do ICMS sobre a tarifa de assinatura básica mensal", afirmou o relator.

A manifestação do ministro Teori Zavascki, no sentido de reconhecer a repercussão geral do tema em análise, foi seguida por unanimidade em deliberação no Plenário Virtual do STF.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/07/2015 - Agência PT de Notícias

Governo executa R$ 10,1 bilhões de investimentos em telecomunicação

A equipe de engenheiros do Ministério das Comunicações recebeu, desde 2013 até 30 de junho de 2015, 1.219 projetos de investimento em infraestrutura de telecomunicações para todo o Brasil, pelo Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL). Até o fim de 2016, serão investidos R$ 17,7 bilhões, dos quais o ministério avalizou projetos cujos valores somam R$ 10,1 bilhões

O regime especial é um programa de estímulo a investimentos em telecomunicações por meio da desoneração de impostos e contribuições federais sobre a construção de redes de telecomunicações de internet banda larga. São desonerados: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O objetivo é promover a modernização e a expansão das redes de telecomunicações e, consequentemente, a massificação do acesso à banda larga. Para o cidadão, os benefícios são, a melhoria na qualidade dos serviços, o aumento da velocidade das conexões e a redução nos preços. Os projetos já aprovados pelo MiniCom beneficiam mais de 3 mil municípios. Depois da avaliação de todas as propostas, esse número de cidades contempladas pode superar 5 mil.

Segundo o secretário de Telecomunicações do ministério, Maximiliano Martinhão, o programa vai garantir uma ampliação da infraestrutura de banda larga em todo o País. Ainda de acordo o MiniCom esse investimento também vai servir como base para preparar o Brasil para a ampliação das tecnologias máquina a máquina (M2M) e Internet das Coisas (IoT). A comunicação M2M é a que ocorre entre dois aparelhos sem a necessidade de intervenção humana. Já internet das coisas diz respeito a toda a infraestrutura tecnológica que tenha acesso à internet.

"Haverá tanto uma melhora na qualidade das redes quanto um aumento no número de pessoas que terá acesso à internet".

Segundo a distribuição de investimentos por região, o Sudeste receberá o maior volume de investimentos, com R$ 9 bilhões, seguido pelo Nordeste, R$ 4 bilhões, Sul R$ 2 bilhões, Centro-Oeste, R$ 1,5 bilhão e Norte R$ 955 milhões.

Do volume total de investimentos, R$ 6,4 bilhões serão destinados à ampliação da rede de telefonia móvel, R$ 3,5 bilhões para expansão de tecnologias de acesso óptico, R$ 2,2 bilhões para transporte óptico que abrangem tanto as redes de transmissão quanto redes que levam a banda larga até a casa do consumidor. Serão investidos R$ 2 bilhões em redes de cabos de metal e R$ 1,9 bilhão em satélite.

O processo de inclusão de projeto é todo feito via internet. A empresa interessada deve acessar o link Telecomunicações, na coluna esquerda do site e, dentro dessa opção, REPNBL. Depois de aprovado pelo ministério, o projeto deve obter a sanção da Receita Federal (RF). Os projetos aprovados em todas as fases devem ser concluídos e estar em funcionamento até 31 de dezembro de 2016.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/07/2015 - Portal Fórum

Se na ditadura a grande imprensa apoiou o golpe agora ela o promove

Este é um texto pessoal, não é baseado em pesquisas, mas sim nas leituras históricas que fiz e contextualização do momento em que vivemos hoje em nosso país. Uma nova tentativa de GOLPE está em marcha. Isso parece ser comum à elite brasileira. Se a situação não está como eles querem, é simples: GOLPE

Ao meu ver tudo começou com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808. A parte positiva dessa história todos sabem: abertura dos portos às nações amigas, criação da imprensa brasileira, escolas, museus e etc. Porém, a vinda da família real teve uma consequência péssima para o país e que ficou entronizada na cultura brasileira.

Na década de 70 um comercial estrelado pelo ex-jogador Gérson ficou marcado como a "lei de Gérson", o brasileiro gostava de levar vantagem em tudo. Injustiças à parte cometidas contra o ex-atleta, não é que o brasileiro goste de levar vantagem em tudo, mas sim foi o modo como ele aprendeu a galgar os degraus da escada social. Para subir de uma classe social à outra, só mesmo fazendo acordos, politicagem, passando alguém para trás, pagando propina, deixando-se levar pela corrupção. E isto começou com a vinda da família real para o Brasil.

Ao chegar aqui, D. João instituiu a classe alta e aristocracia brasileira. Sem pudor impôs até mesmo que moradores desocupassem suas casas para que membros de sua comitiva as ocupassem. Quando uma casa era escolhida por um membro da comitiva ela era marcada com um P.R (Príncipe Regente) e os moradores tinham prazo para sair. Para fazer parte desta nova classe social, só sendo amigo do Rei. Naquele tempo a cada três brasileiros, um era escravo. Para fazer dinheiro, criou o Banco do Brasil e dava aos novos acionistas, títulos de nobreza. Nos oito primeiros anos no Brasil, D. João outorgou mais títulos de nobreza do que nos trezentos anos de história da monarquia portuguesa.

D. João foi embora e deixou aqui seu filho que manteve os privilégios desta nova classe. Seus descendentes continuaram regendo o país aos trancos e barrancos até que em 1989 a monarquia é deposta por meio de um GOLPE militar. O Marechal Deodoro da Fonseca instaura a República no Brasil, pois a elite oligárquica e os novos ricos brasileiros estavam descontentes com as aspirações liberais da Coroa brasileira, dentre elas, a libertação dos escravos. Esta foi a gota d'água para que os latifundiários tomassem o poder por meio dos militares.

De lá, até o outro GOLPE de 1964 o Brasil contou apenas com presidentes ligados à elite rural, industrial, ou militar. Mesmo Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart que tiveram governos mais populares eram de famílias ligadas à elite da época. Novamente, quando um governo tenta governar para o povo a elite por meio dos militares, intervieram e governaram para a elite. Lula foi o primeiro presidente vindo do povo que quebrou este ciclo.

Agora, a história está se repetindo. O governo popular dos presidentes Lula e Dilma Rousseff estão sendo acuados com as mesmas estratégias utilizadas no passado. Novamente surge o discurso de salvar o Brasil. Porém, desta vez os militares não têm condições de agir. Hoje seria impensável uma justificativa que corroborasse uma ação militar, muitas vozes tentaram conclamar o exército, mas não há mais o comunismo nem uma guerra fria. Quem então deve ocupar o lugar dos militares na marcha para o GOLPE? A grande imprensa.

Esta faz hoje o papel do braço armado da elite, pois ela tanto pertence a classe dominante, como é financiada por ela. Se em 1964 a imprensa apoiou o GOLPE, agora ela o promove, por meio de uma cobertura parcial e panfletária, tenta fazer o discurso do impeachment ser aceitável e desejável pela população. Dá voz à loucura da oposição em acreditar que nos dias de hoje, o GOLPE se daria da mesma forma que os anteriores, SEM O POVO NA RUA. A sanha governista dos políticos do PSDB é tamanha que não importa se uma luta civil se travar no Brasil e nos levar ao atraso, à barbárie. Talvez seja isso mesmo que querem, pois assim se justificaria toda política entreguista que sempre pretenderam impetrar ao Brasil.

A elite brasileira é a mesma desde a vinda da família real, as oligarquias são as mesmas e os conflitos também. A república café-com-leite ainda tenta impor sua agenda, mas não se deram conta de que o Brasil pós Lula já não é o mesmo.

07/07/2015 - CUT

74 % dos brasileiros são contra financiamento empresarial de campanhas

Pesquisa encomendada pela OAB mostra que população associa doações à corrupção

Pesquisa encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Instituto Datafolha mostra que 74% dos brasileiros não concordam com o financiamento empresarial de campanhas eleitorais. Apenas 10% afirmou ser favorável a prática.

A rejeição maior às doações de empresas a partidos e políticos advém das pessoas que possuem curso superior, são 80%. A recusa é alta, também, entre quem ganha de 5 a 10 salários mínimos (82%).

Para 79% dos entrevistados, o maior motivo para se recusar o financiamento privado é que a prática está ligada diretamente à corrupção. Apenas 3% acredita que a doação de empresas previne a corrupção.

Ainda de acordo com a pesquisa, 22% das pessoas favoráveis ao financiamento empresarial são eleitoras do PSDB. 20% dos que se declararam favoráveis ao PT estão de acordo com as doações de empresários.

A pesquisa foi feita com 2.125 pessoas, entre os dias 9 e 13 de junho, em todas as regiões do País. Vale lembrar que a OAB, que encomendou a pesquisa, é autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, que tramita no Superior Tribunal Federal (STF) e proíbe a prática de financiamento empresarial de campanhas.

O julgamento da ação foi interrompido no dia 2 de abril de 2014, quando Gilmar Mendes pediu vista do processo e a sessão foi suspensa. Nesta data, o processo já havia recebido seis votos favoráveis e um contrário, ou seja, maioria configurada.

Quando quer justificar a recém-aprovada redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), apela para o argumento de que seria, essa medida, um desejo popular.

Usando uma recente pesquisa, também do Datafolha, que mostra que 87% da população é favorável a redução da maioridade penal, Cunha aplicou um golpe na Casa e aprovou o projeto que autoriza a medida.

Resta saber se, para Cunha, o desejo popular continuará sendo importante nesta semana. O segundo turno da PEC 182, a contrarreforma política, deve começar a ser votado nesta terça-feira (7), na Câmara dos Deputados.